

Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

Programa de Comunicação Social



CBH-RB

Programa de Comunicação Social

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

2021

Realização



Apoio



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Presidente

Geraldino Barbosa de Oliveira Junior

Vice-presidente

Rafael França Guimarães de Paula

Secretário Executivo

Ney Akemaru Ikeda

Secretário Executivo Adjunto

Gilson Nashiro

Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental

Taís Cristina Canola

FunBEA Fundo Brasileiro de Educação Ambiental

Presidente

Isabel Cristina De Moura Carvalho

Vice-presidente

Marcos Sorrentino

Secretária Geral

Semíramis Biasoli

Equipe técnica do Programa de Comunicação Social do CBH-RB

Ana Patrícia Arantes

Artur de Leos

Bianca Limonge Avancini

Fábio Ranzani

Grace Luzzi

Marcos Sorrentino

Maria Henriqueta Andrade Raymundo

Semíramis Biasoli

Diagramação

Diagrama Editorial



APRESENTAÇÃO

Semíramis Biasoli

Este Programa de Comunicação Social é fruto dos trabalhos da Câmara Técnica de Educação Ambiental, e reúne uma série de informações e diretrizes realizadas com as/os representantes das instituições membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB).

Foi construído por meio de oficinas participativas ao longo do ano de 2021, com a finalidade de mapear e reconhecer o atual estado da arte da comunicação feita pelo Comitê, analisar os desafios e dar visibilidade e organicidade às estratégias de continuidade e qualificação da comunicação desenvolvida pelo CBH-RB.

Entendendo a essencialidade da comunicação para a transparência dos processos desta instância colegiada e de gestão das águas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, bem como para a mobilização, articulação e conexão entre os atores envolvidos na gestão das águas da Bacia, a busca do Programa é democratizar o acesso à informação e assim, contribuir com o enfrentamento da crise climática e hídrica que é planetária, mas que necessita de ações locais concretas.

O Programa, construído sob a coordenação do FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental, pretende ser um instrumento de apoio a implementação da política de gestão das águas, não como uma receita fechada, a ser seguida, mas sim, um documento vivo que ao ser implementado, possa ser monitorado, avaliado e aprimorado a partir da práxis (prática – reflexão – prática), e que assim, contribua, com a eficácia da comunicação e da educação ambiental na Bacia, e consequente melhoria das condições de toda a Vida - humana e não humana - nela presente.



PALAVRA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

A proposta de gestão, de tratar as questões hídricas sob o contexto de visão macro, com abrangência da bacia hidrográfica e com o propósito de integrar as ações, veio a se tornar realidade com a aprovação da Lei nº 7.663, em 30/12/91, que permitiu a instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), e, através do Art. 4º das Disposições Transitórias desta lei, a criação, em 13/01/96, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - CBH-RB, um órgão de caráter consultivo e deliberativo, para tratar das questões relativas aos recursos hídricos no âmbito da Bacia do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11).

No processo de formação do CBH-RB, que se desenvolveu durante o ano de 1995 até a sua instalação, dado o tradicional ceticismo da sociedade diante de uma nova proposta de organização apresentada por órgãos públicos, que acumulavam em seus históricos inúmeras iniciativas que não prosperaram, ou que simplesmente deixaram de funcionar, por razões diversas, a aceitação não ocorreu naturalmente e necessitou de exaustivos trabalhos de conscientização e de motivação junto à população, por meio de seminários em diversas localidades do Vale do Ribeira. O processo exigiu e continua exigindo muito trabalho e dedicação dos profissionais e técnicos de diversas instituições diretamente envolvidas, e sacrifícios dos membros do Colegiado, e os resultados vêm sendo obtidos de forma consistente, e, com isso, conquistando credibilidade junto à opinião pública ao longo dos mais de 25 anos de constantes atividades.

A UGRHI 11 é considerada no contexto do SIGRH como de preservação, portanto, muitas das ações a ela destinadas ainda justificam como sendo de caráter preventivo e de conservação, o que a diferencia da maioria das unidades do território paulista. Não obstante, os tratamentos destinados aos temas como: resíduos sólidos, inundações, poluição (diversas fontes), proteção de mananciais, erosão e assoreamento dos corpos d'água, disciplinamento da utilização da água, enfim, são componentes de uma série de desafios a serem enfrentados pelo CBH-RB.



A composição do Comitê possibilita a representatividade de todos os segmentos da sociedade e a sua atuação no trato das questões atreladas à gestão dos recursos hídricos, de forma descentralizada, mas integrada com as demais instâncias do Sistema de Gerenciamento do Estado, adoção da bacia hidrográfica como unidade de administração, a transparência nos procedimentos, que permite interação e participação do público, a constância e a regularidade das atividades, e o aporte financeiro para materialização das ações permitem a credibilidade junto à opinião pública. Contrastando com essa organização, que permite a expectativa de efetivo exercício da democracia, existem peculiaridades regionais, que dão forma ao funcionamento da instituição, enquanto fórum de discussões, e à resposta da população representada pelos membros do Colegiado.

O Sistema de Gerenciamento como um todo se encontra em sistemático processo de aperfeiçoamento.

Os avanços até agora obtidos por meio do exercício da democracia praticado pelo Comitê são inegáveis, e a efetivação das ações tem ocorrido na medida do possível graças ao aporte financeiro do FEHIDRO. As experiências demonstram que a política se consolida à medida que as ações debatidas e aprovadas pelo Comitê vão se materializando.

A Bacia apresenta sub-regiões diversas quanto aos aspectos físicos, ambientais e econômicos, bem como precárias condições de comunicação entre elas, e a representação heterogênea na composição do Comitê, sob as particularidades socioeconômicas, formação acadêmica, costumes e de interesses, portanto uma gama muito ampla de público constitui significativo desafio de interlocução, exigindo a participação de instituição com profissionais especializados em técnicas de comunicação. Em face dessa carência, foi priorizada em 2016, por ocasião da construção do Plano de Ação e Programas de Investimento 2016-2027, a elaboração de Plano de Comunicação para o CBH-RB, que vem sendo construído pelo Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), objeto do Contrato FEHIDRO nº 238/2019, com previsão de conclusão em dezembro/2021.



CBH-RB

Programa de Comunicação Social

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Consoante a política de gestão praticada pelo CBH-RB, a FunBEA vem desenvolvendo os trabalhos de formas coletiva, dinâmica e interativa, numa sequência lógica e evolução adequada, alicerçadas em bases conceituais preconizadas pelo Comitê. Além disso, cientes de que o plano sem a garantia da efetivação das ações nele definidas não passa de mero protocolo de intenções, foi aprovado pelo Comitê, no processo de financiamento de 2021, o projeto “Programa de Comunicação Social do Comitê de Bacias Ribeira do Iguape e Litoral Sul (CBH-RB): Comunica CBH-RB”, proposto pela mesma instituição FunBEA, tendo por objetivos a elaboração de releases, boletins informativos e operação das ferramentas de comunicação no contexto da meta de ampliação da comunicação do CBH, internamente e com o público em geral.

Por outro lado, a avaliação é de que a secretaria executiva do Comitê deverá ser mais bem estruturada para atendimento das demandas adicionais que certamente advirão com a melhor efetividade do sistema de comunicação.

Particularmente com relação ao processo de habilitação ao financiamento, mesmo com o atual procedimento de divulgação, tido como pouco eficaz, a verba anual corresponde a 50% da demanda existente. Portanto, se a divulgação for melhorada, a demanda certamente crescerá e conseqüentemente a defasagem percentual resultará maior. Contudo, a expectativa otimista é de que ocorra protocolo de projetos de melhor qualidade em razão do aumento das instituições concorrentes.

Enfim, o Plano e os Programas de Comunicação deverão nortear ações no sentido de permitir a difusão de informações e materiais produzidos pelo Comitê, proporcionando visibilidade sobre a sua atuação, e despertar o interesse pela participação de significativa parcela do público que sequer conhece a existência do Colegiado, a despeito de sua intensa atuação em mais de 2,5 décadas.



SUMÁRIO

MARCO CONCEITUAL8

Apresentamos o Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaape e Litoral Sul (CBH-RB), as bases conceituais para elaboração deste Programa de Comunicação e os princípios que orientam a comunicação do colegiado.

MARCO SITUACIONAL..... 22

O status da comunicação do CBH-RB apresentado neste capítulo traz informações sobre as ações e canais de comunicação utilizados, os processos de formação como uma importante estratégia de comunicação, assim como as principais potencialidades e fragilidades identificadas pelos membros e parceiros do Comitê.

MARCO OPERACIONAL..... 46

Aqui você encontra o Plano de Ação da comunicação do CBH-RB, incluindo os objetivos, as estratégias de ação, os resultados esperados e o cronograma de execução para os anos de 2021 a 2024.

Marco Conceitual

MARCO CONCEITUAL

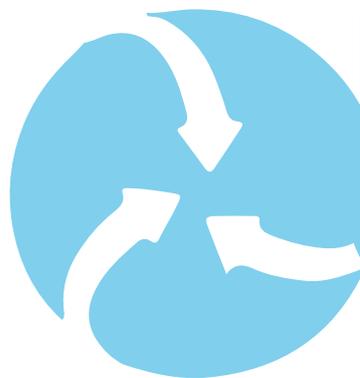
A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/91) apresentou um modo completamente novo de gerir um recurso natural. As decisões sobre os recursos hídricos passam a ser descentralizadas, compartilhadas entre os usuários e os representantes do poder público.

Os recursos hídricos passam a ser considerados um bem público, de propriedade de todos, limitado, dotado de valor econômico, e cujo uso deve ser retribuído para gerar recursos financeiros suficientes para assegurar padrões aceitáveis de qualidade e quantidade para as gerações atuais e futuras. É estabelecida prioridade no uso da água para o abastecimento humano, a compatibilização dos usos com o desenvolvimento regional e a proteção ambiental.

Quanto aos princípios, a qualificação da água como bem público é “desdobrada” em diretrizes claras para a gestão da quantidade e qualidade, como também nos esforços para que haja participação da sociedade, desvinculando a gestão de uma subordinação exclusiva às estruturas administrativas do Estado. Nesse aspecto, destacam-se os colegiados de gestão compostos por um número igual de representantes do Estado, do poder local e da sociedade civil. A bacia hidrográfica passa a ser a referência de planejamento e gerenciamento, o que também configura uma mudança significativa em termos de gestão descentralizada, retirando poderes de instâncias burocráticas estatais localizadas nos grandes e distantes centros urbanos.

Sendo assim, a Gestão Integrada de Recursos Hídricos consiste em envolver atores públicos e da sociedade civil nas tomadas de decisão, além de trazer a necessidade do olhar transversal e integrado com outras políticas públicas como as de saneamento básico, de uso e ocupação do solo, de energia e irrigação e de educação ambiental. Esse modelo tem nos **comitês de bacias hidrográficas**, popularmente conhecidos como “*parlamento das águas*”, suas instâncias decisórias básicas, ou seja, as principais decisões são tomadas em conjunto pelos diferentes setores da sociedade.



Marco Conceitual

Para que a lei seja implementada são dispostos 5 instrumentos que visam auxiliar a gestão dos recursos hídricos para sustentabilidade:

PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS - Elaborados por bacia (regional), por estado (estadual) e para o país (nacional) com o objetivo de definir metas, prazos e ações para a melhoria da oferta de água.

ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA - Classifica as águas de acordo com seus usos preponderantes, que são aqueles essenciais à sociedade. A classificação pode auxiliar na definição de áreas prioritárias para melhoria da qualidade da água.

OUTORGA DOS DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS - Cadastro que reúne informações sobre o usuário da água (onde se localiza, para qual finalidade a água é utilizada, etc.) e que gera a permissão de utilização do recurso hídrico por um determinado tempo.

COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS - Valores pagos de acordo com a qualidade e quantidade de água retirada e devolvida aos corpos d'água. Os valores arrecadados devem ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica onde foram gerados e utilizados no financiamento de estudos, programas e obras previstas nos Planos de Bacias. Além disso, cerca de 7% do valor arrecadado é direcionado ao custeio das agências de bacia e dos comitês.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS - Previsto na Política Nacional como instrumento de gestão, divulga para a sociedade as informações sobre disponibilidade (qualidade e quantidade) e demanda dos recursos hídricos no país



Marco Conceitual

O COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIBEIRA DO IGUAPE E LITORAL SUL

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH-RB foi criado segundo o Art. 4º das Disposições Transitórias da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 7.663/91), em 13/01/96. É um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo com atuação na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, correspondente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos número 11 – UGRHI 11, no Estado de São Paulo.

O CBH-RB é um fórum colegiado tripartite, e de acordo com seu Estatuto, é integrado por representantes do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil organizada, em igual número. Todas as organizações do CBH-RB possuem paridade de votos assegurada.

FLUXOGRAMA DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CBH-RB



Marco Conceitual

O Comitê é integrado por 24 municípios e sua sede (Secretaria Executiva do CBH-RB) se localiza na cidade de Registro. Os principais rios da região são o Ribeira (na sua parte inferior denominado Ribeira de Iguape) e seus afluentes: Açungui, Capivari, Pardo, Turvo, Juquiá, São Lourenço, Jacupiranga, Itapirapuã, Uma da Aldeia e Itariri. A área de drenagem da região da Bacia é de 17.068 km², a população local é de 364.369 habitantes, de acordo com dados SEAD/2009.

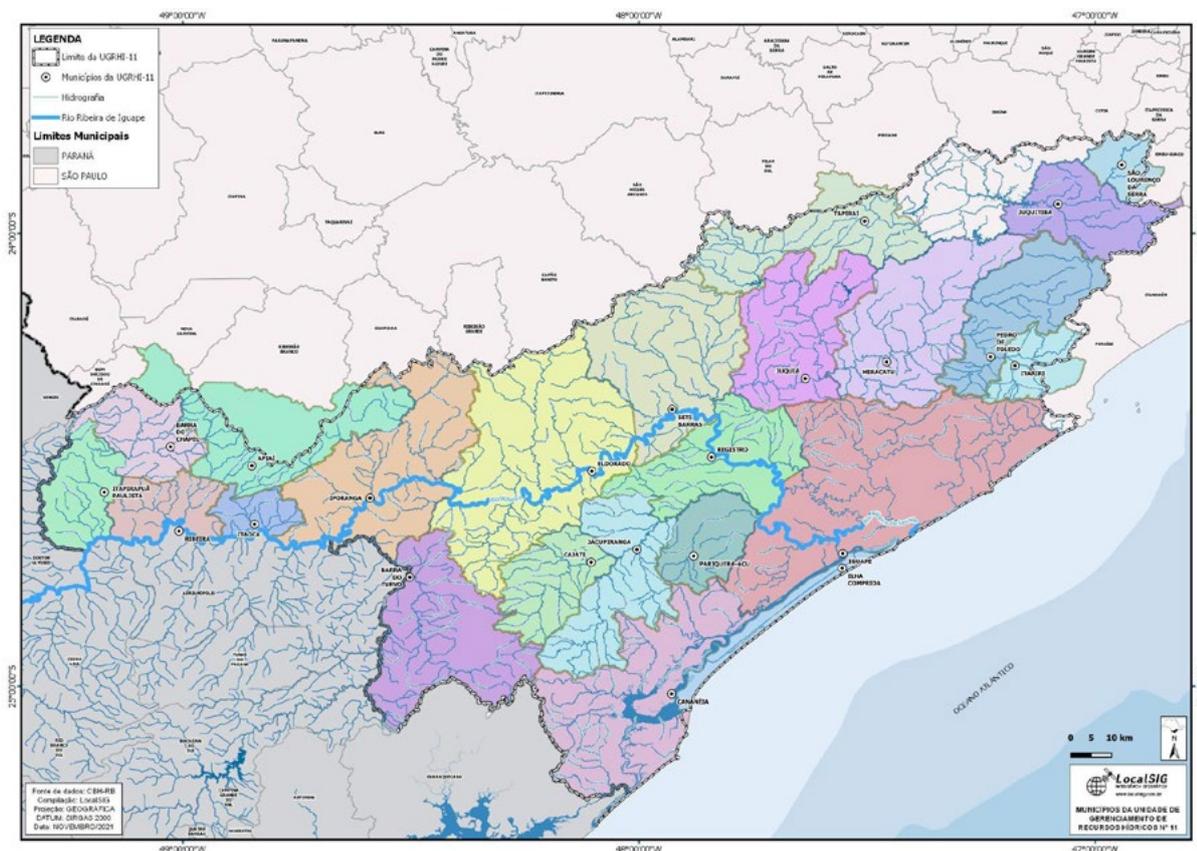


FIGURA 2. Municípios que integram a UGRHI 11 - Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí.

Marco Conceitual

Entre as principais atividades econômicas da região destacam-se o setor de serviços, os de agropecuária (banana, chá, bovinos, bubalinos, plantas ornamentais), mineração e indústrias relacionadas (cimento, cal, areia e brita para construção), além do turismo e pesca nos municípios litorâneos.

A Bacia é tida como de **Conservação** devido à elevada disponibilidade hídrica de boa qualidade, à pequena demanda de uso e ao baixo potencial de poluição; possui o maior número de Unidades de Conservação e de Proteção Integral e de Uso Sustentável do território paulista sendo que a cobertura vegetal natural é da ordem de 80%.

SÃO OBJETIVOS DO CBH-RB:

I – promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em sua área de atuação;

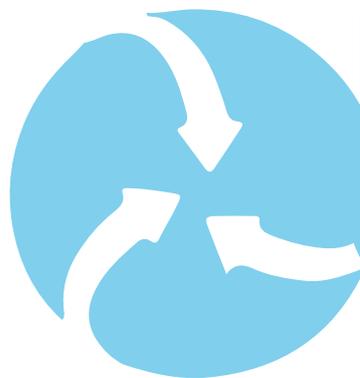
II – adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;

III – reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização poderá ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades da bacia hidrográfica.

IV – apoiar o rateio de custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;

V – apoiar e recomendar medidas de combate e prevenção às causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;

VI – Defender o direito à promoção, pelo Estado, de programas de desenvolvimento, bem como de compensação aos municípios afetados por áreas inundadas resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos, áreas de proteção ambiental ou outros espaços especialmente protegidos;



Marco Conceitual

VII – compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento socioeconômico regional e com a proteção do meio ambiente;

VIII – promover a utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;

IX – promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplos dos recursos hídricos;

X – estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer seu uso atual e futuro;

XI – promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública assim como prejuízos econômicos e sociais;

XII – coordenar ações para racionalizar o uso das águas e prevenir a erosão do solo nas áreas urbanas e rurais.

COMO PARTICIPAR?

As deliberações do CBH são decididas em plenária, por meio de votação, e têm apoio de Câmaras Técnicas (CT) específicas. Essas CTs têm caráter consultivo e podem ser compostas por membros indicados, geralmente especialistas e que constroem os fundamentos e diretrizes para a tomada de decisões pela plenária.

Qualquer pessoa ou instituição tem acesso livre às reuniões dos comitês e das câmaras técnicas. Contudo, somente as entidades que compõem a plenária podem votar e deliberar. Para participar do plenário e ter poder de voto é necessário que a instituição se inscreva para concorrer no processo eleitoral de renovação dos membros a cada dois anos.



Marco Conceitual

CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO

O CBH-RB possui 4 câmaras técnicas, a saber:

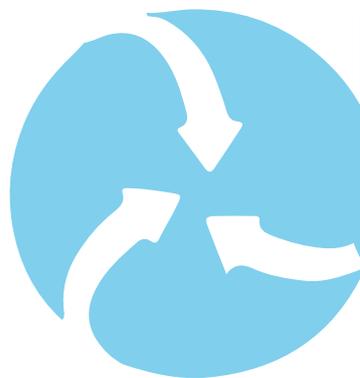
- a) Planejamento e Gerenciamento;
- b) Saneamento;
- c) Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquiá e S. Lourenço e,
- d) Educação Ambiental

São equipes colegiadas e compostas por membros de órgãos e entidades do CBH-RB, bem como por demais entidades que possam ter vinculação direta aos trabalhos por elas desenvolvidos, para tratar de assuntos de interesse da Bacia, e têm a função de discutir, avaliar, pesquisar, detalhar, interagir com outras instâncias, propor, recomendar, enfim, com o objetivo de caracterizar, diagnosticar, traduzir, conhecer a fundo e esmiuçar em adequado nível de detalhe para permitir o fornecimento de subsídios aos membros do Colegiado do Comitê para que eles tenham os necessários conhecimentos e segurança para manifestação e posicionamento sobre determinado tema apresentado na pauta de discussões.

Conheça mais sobre cada uma delas:

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO (CT-PG)

Instituída pela Deliberação CBH-RB nº 22, de 09/05/98, dentre todas as câmaras técnicas é a que tem atribuição mais abrangente por ser requisitada a participar das agendas de discussão e elaboração de documentos pertinentes à elaboração de relatórios, planos, expedição de pareceres técnicos, avaliação de EIA/RIMA de empreendimentos, análise de projetos no processo de habilitação ao financiamento, entre outras demandas.



Marco Conceitual

CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO (CT-S)

Instituída pela Deliberação CBH-RB nº 24, de 09/05/98, constitui órgão de assessoria e consultoria técnica relativas a assuntos de saneamento. Devido a multidisciplinaridade dos temas que normalmente se apresentam na pauta de discussões, de acordo com a necessidade as câmaras técnicas têm atuado de forma consorciada com as outras câmaras técnicas.

CÂMARA TÉCNICA DA ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANAN- CIAIS DO ALTO JUQUIÁ E SÃO LOURENÇO (CT-APRM/AJ-SL)

Instituída pela Deliberação CBH-RB nº 41, de 16/10/1999, com observância nos preceitos da Lei Estadual no 9.866/97, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo, e atribui aos Comitês de Bacia a delimitação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRMs e determina que cada uma destas áreas crie sua própria Lei Específica. E em conformidade com o Artigo 6º dessa Lei, foi conferido à CT a atribuição de Órgão Técnico do Sistema de Gestão da APRM-AJ/SL, para trabalhar nas questões de discussão e consolidação do Plano Diretor de Proteção Ambiental (PDPA) e na redação da minuta da lei específica, e a iniciativa foi motivada primordialmente em razão da implantação do Sistema Produtor São Lourenço, responsável pela reversão de água da Bacia do Juquiá para a Bacia do Alto Tietê para suplementar a ordem de 10% da demanda do sistema de abastecimento de água da RMSP.

CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CT-EA)

Instituída pela Deliberação CBH-RB no 146, de 07/12/11, a criação da CT-EA foi motivada pela necessidade de acompanhamento dos trabalhos de elaboração do “Plano Diretor de Educação Ambiental do CBH-RB” que estava em curso, e pela Moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) nº 03/2010, que recomendou a criação de Câmaras Técnicas de Edu-



CBH-RB

**Programa de
Comunicação Social**

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Marco Conceitual

cação Ambiental em cada Comitê de Bacia Hidrográfica do Estado. A CT-EA estruturou, organizou e ampliou a atuação em Educação Ambiental do CBH-RB, que já tinha a sua expressão em função da demanda pelo tema existente na própria bacia. A CT-EA atua nos processos de habilitação ao financiamento com recursos do FEHIDRO, no acompanhamento do Plano Diretor de Educação Ambiental, na realização da Semana da Água e em outras ações de Educação Ambiental voltada à gestão dos recursos hídricos existentes na UGRHI.

GRUPOS TÉCNICOS:

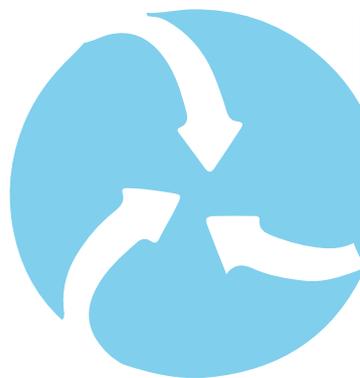
O Comitê constituiu grupos técnicos para tratar de assuntos técnicos específicos, tais como GT da Cobrança, que teve a função de conduzir todo o processo de fundamentação até a implementação desse instrumento de gestão, porém, diferentemente de câmaras técnicas, a atuação do GT é temporária, perdendo a razão de sua existência assim que o resultado preconizado é alcançado.

BASES CONCEITUAIS DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Alinhado ao Plano de Comunicação do CBH- RB que prioriza a capacitação técnica, a educação ambiental e a comunicação social como estratégias imprescindíveis para a gestão e a conservação dos recursos hídricos, elaboramos o Programa de Comunicação Social que proporcionará um processo de difusão de informação para a população da região da UGRHI-11, no sentido de buscar a sensibilização e conscientização para a sua corresponsabilidade em relação à gestão e conservação dos recursos hídricos.

O objetivo é a construção do conhecimento contínuo da população, contribuindo para o fortalecimento da sua participação, engajada e consciente na gestão das águas, buscando a conservação ambiental e estimulando a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

Portanto, priorizamos ações que promovam o diálogo e a troca efetiva de saberes



Marco Conceitual

criando condições *objetivas de participação da população* e caminhando além de uma simples divulgação, alinhado à perspectiva de uma comunicação popular educadora, autonomista e democrática. Assim, amplia-se o teor democrático da gestão de recursos hídricos, fortalecendo o princípio da cidadania nas novas práticas políticas.

Uma comunidade ativa é, nesse contexto, aquela que toma a palavra, escuta o coletivo e se faz ouvir. Uma comunidade que nutre uma comunicação viva, composta por múltiplas vozes e alimentada por um forte espírito de conectividade. No contexto da sustentabilidade no território, os projetos de comunicação comunitária adquirem especial importância porque, além de fortalecer a rede comunicativa do território, contribuem para ampliar a capacidade de expressão e de escuta das pessoas, bem como para que estas se agreguem e participem com maior desenvoltura em grupos que lutam pelos interesses coletivos, como os Comitês de Bacias Hidrográficas.

A comunicação popular/social se pauta em processos “por” e não “para” ou “sobre” uma comunidade, tendo como premissas o diálogo, a participação e o protagonismo, e não se limitando à disseminação de informações e elaboração de instrumentos para tal. Por este motivo, o Programa de Comunicação Social do CBH-RB foi elaborado por meio de um processo participativo de construção e execução, em parceria com os principais atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos na região do Ribeira do Iguape e Litoral Sul, e com a realização de um processo de formação em educomunicação socioambiental, alimentando-o.

O Programa de Comunicação Social atuará como documento diretriz tanto na comunicação interna do CBH-RB e seus diferentes órgãos e participantes, garantindo clareza e alinhamento nas atividades, como na comunicação externa, divulgando com transparência suas ações, propiciando o controle social e a participação popular.

Tendo a educação ambiental como campo de conhecimento que amparou a construção do Programa, é inspirado nos Projetos Políticos Pedagógicos (MMA, 2005¹), que defendem a importância das ações serem orientadas pelo contexto socioambiental local incluindo a participação de todos os atores relacionados, este Programa de Comunicação Social está estruturado em três marcos: conceitual, situacional e operacional.



CBH-RB

**Programa de
Comunicação Social**

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Marco Conceitual

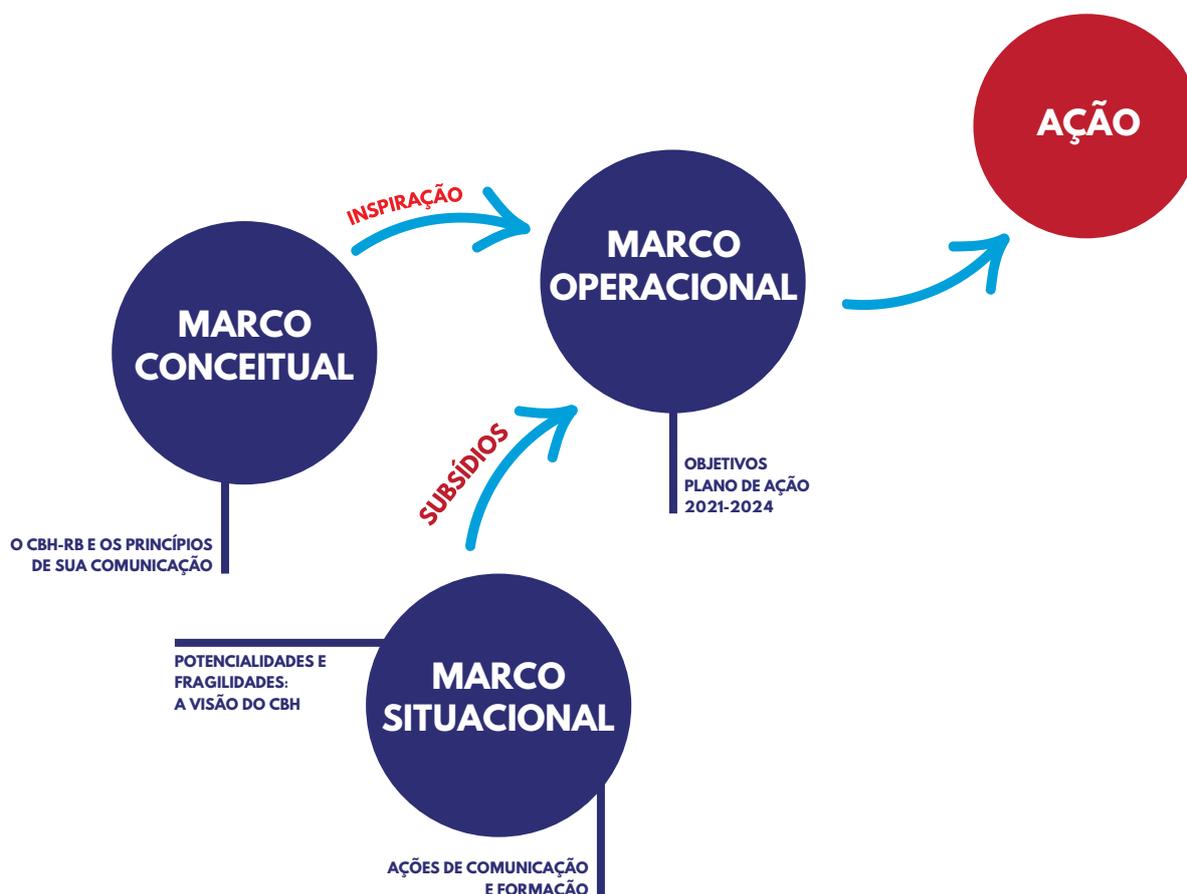
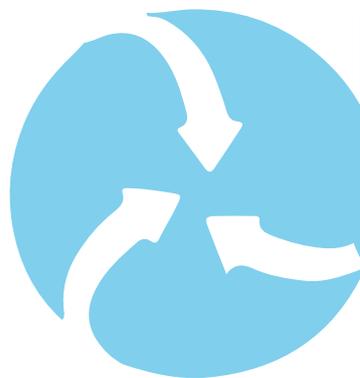


FIGURA 3. Fluxograma de construção do Programa de Comunicação Social do CBH-RB.

Mais do que a estrutura do documento em si, essa referência nos influencia na forma de pensar o processo de planejamento, onde os princípios da comunicação social, descritos no Marco Conceitual orientam a elaboração dos objetivos e consequentemente inspiram e materializam as ações previstas no Marco Operacional, enquanto a análise do status da comunicação, descrito no Marco Situacional, nos indica as potencialidades e fragilidades no momento atual, subsidiando e qualificando a tomada de decisão coletiva e contribuindo com a efetividade do planejamento colegiado.



Marco Conceitual

PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CBH-RB

Os princípios abaixo, construídos de forma colaborativa entre os membros do CBH-RB, devem orientar e inspirar toda a comunicação realizada pelo Comitê de Bacias Hidrográficas de Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Eles se constituem nos pilares sobre os quais foram construídos os objetivos e as estratégias de ação previstas neste Programa de Comunicação Social.

→ TRANSPARÊNCIA

Com compromisso e responsabilidade, a comunicação se pauta nas atividades desenvolvidas pelo CBH-RB, sua missão, suas ações e prioridades, definidas sempre de forma participativa.

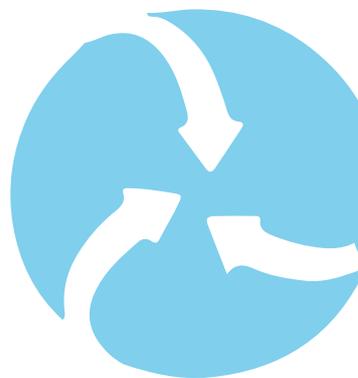
→ UNIVERSALIZAÇÃO

Uma comunicação em linguagem acessível e compreensível pela população. A diversidade na forma e conteúdo de comunicar reflete a diversidade de públicos com os quais o Comitê interage, estimulando e viabilizando a participação de todos.

→ DIÁLOGO

As estratégias de comunicação buscam fortalecer o CBH-RB como espaço de diálogo, o envolvimento de todos os segmentos que fazem parte do Comitê e a aproximação da população para construção coletiva de estratégias para a gestão dos recursos hídricos do Litoral Sul e Ribeira de Iguape. Somos todos CBH-RB, membros e não membros.





Marco Conceitual

→ FORMAÇÃO

Por meio da educação ambiental aprendemos a lidar com os recursos hídricos, refletindo criticamente sobre seu uso racional e harmônico no planeta. A formação como forma de comunicação busca qualificar a participação ativa da população na gestão dos recursos hídricos e nas discussões do Comitê, contribuindo para produção coletiva de conhecimento e integração de práticas sustentáveis no Litoral Sul e Ribeira de Iguape. Somente informação não é suficiente, é necessário reflexão e prática.

→ CRIATIVIDADE

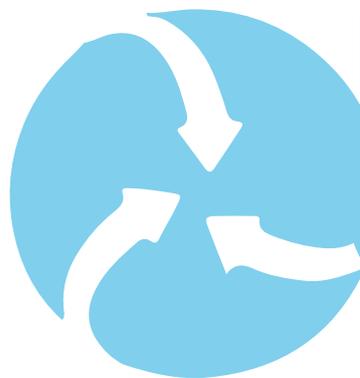
Inovar, estar atento às tendências e fazer diferente. A comunicação tem o compromisso de qualificar a atuação dos membros e ampliar a participação da população por meio de novas tecnologias e formas de participação.

→ AUTONOMIA

Valorização das singularidades de cada município que integra a região do Litoral Sul e Ribeira de Iguape. A comunicação busca valorizar os valores e a relação dos recursos hídricos em cada realidade existente nesta região tão extensa e diversa. Assim, cada município tem autonomia para buscar seus próprios canais, meios e formas de comunicar a população local, partindo dos demais princípios deste Programa.

→ IDENTIDADE

O pertencimento ao território nos move à ação. A postura ativa da comunicação, alinhada à identidade do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, tendo a Bacia Hidrográfica como território base, e ao contexto atual, parte da análise contínua da conjuntura política, econômica e socioambiental do local ao global.



Marco Conceitual

→ EDUCOMUNICAÇÃO

Valorização do conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo, aproximando o campo da educação ambiental à perspectiva de uma comunicação popular educadora, autonomista e democrática

→ SUSTENTABILIDADE

Buscando que as ações comunicativas do CBH-RB sejam permanentes e contínuas, devem-se considerar estratégias que garantam a sustentabilidade da comunicação tanto em termos de materiais informativos como mão de obra especializada para sua produção.

→ COOPERAÇÃO

Valoriza as parcerias constituídas como uma mão de via dupla no incremento e ampliação das ações de comunicação.

→ OLHAR INTEGRADO

As ações de comunicação devem contemplar todas as realidades existentes no território, isso significa que cada parte da Bacia deve ser representada nos materiais de comunicação.

→ BACIA HIDROGRÁFICA

Trata-se do território base para qualquer ação de comunicação.

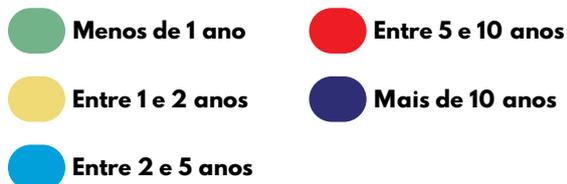
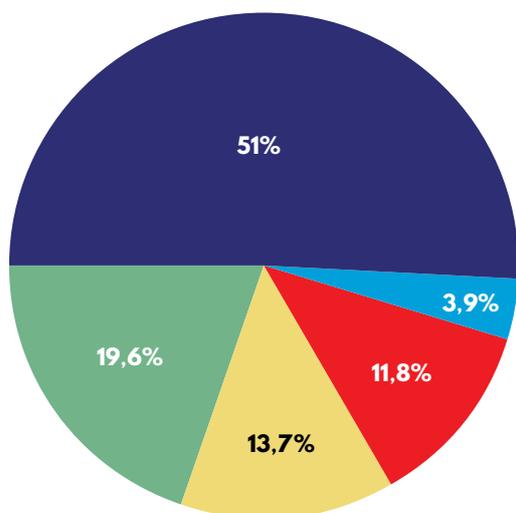


Marco Situacional

Cabe ressaltar que as pessoas que responderam o questionário conhecem o CBH-RB há bastante tempo, sendo que cerca de 51% o conhece há mais de 10 anos, qualificando as respostas pelo amplo conhecimento que as pessoas têm do colegiado. Nesse sentido, a grande maioria dos participantes – aproximadamente 95% - participa (ou já participou) de atividades e/ou espaços de diálogos do Comitê. Além disso, todos os setores que compõem o CBH-RB foram representados pelas instituições que responderam o questionário, com leve destaque para o segmento da sociedade civil, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

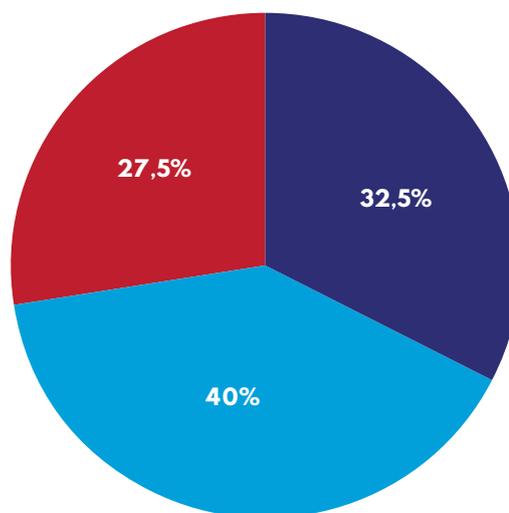
Há quanto tempo você conhece o CBH-RB?

51 respostas



Qual setor representa?

40 respostas

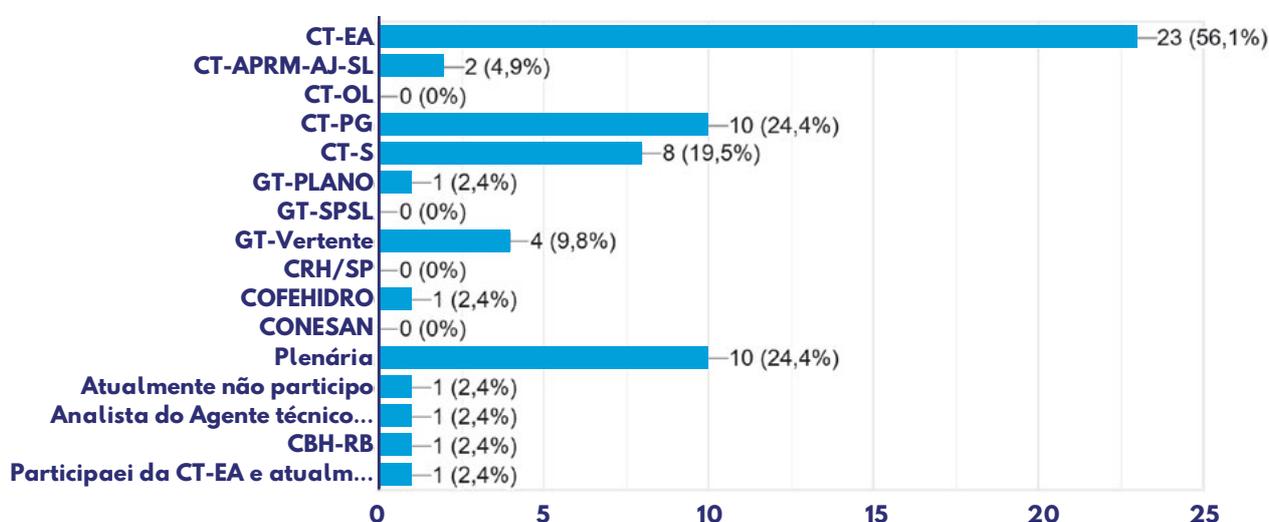


Marco Situacional

A CT-EA foi o principal espaço de diálogo utilizado pelas pessoas que responderam o questionário, seguido pela CT-PG e a Plenária .

De qual(is) atividade(s) ou espaço(s) de diálogo do CBH-RB você participa atualmente?

41 respostas



Os resultados obtidos pelo questionário foram pauta de diálogo em diversos momentos ao longo dos encontros virtuais realizados com os membros do colegiado, nas quais pode-se perceber que as opiniões corroboraram.

Quando falamos em potencialidades algumas se destacaram, como:

- Histórico do Comitê/ eventos comemorativos/ financiamentos já conectam as pessoas;
- Equipe de trabalho, pessoas envolvidas e comprometidas com o processo;
- Facilidade de comunicação com as instituições dentro dos municípios do Vale Ribeira;
- Canais de mídias sociais já existentes, mas que precisam melhorar o conteúdo;

Marco Situacional

Já quando o questionamento foi sobre as fragilidades, o resultado foi o seguinte:

- A falta de conectividade e familiaridade com tecnologias digitais;
- Dificuldade de amparar todos os públicos regionais;
- Falta de percepção de alcance da grande população;
- A população geral desconhece o que é o comitê e como participar dele (inclusive nas instituições);
- Tecnicamente as instituições não estão preparadas para submeter projetos e obter recursos;
- Demandas de instituições não se fecham com as demandas do comitê;
- Dificuldade de saber sobre os caminhos das buscas de recursos;
- Entender a realidade de cada município dentro da bacia;
- A linguagem muitas vezes muito técnica e não acessível;
- Não tem um departamento/ pessoa responsável para fazer a comunicação do colegiado;
- Definição de atuação de cada membro;
- Um desafio é atingir o público mais distante (isolado) na bacia: Região do vale do Itariri, nem rádio, nem internet
- Formação adequada dos membros do comitê para fazer uma boa comunicação;



CBH-RB

Programa de
Comunicação Social

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Marco Situacional

O CBH-RB é reconhecido por seus membros e parceiros como um importante espaço de diálogo, representativo da sociedade, na busca por soluções integradas para a gestão dos recursos hídricos. Essa percepção permeou as respostas ao questionário online.

“Colegiado que discute e delibera, de forma participativa, as questões referentes aos sistemas de gestão dos recursos hídricos”

“Um fórum de discussões e tomada de decisões para a bacia, podendo influenciar legislações, planejamento e tomada de decisão nos municípios e na bacia toda.”

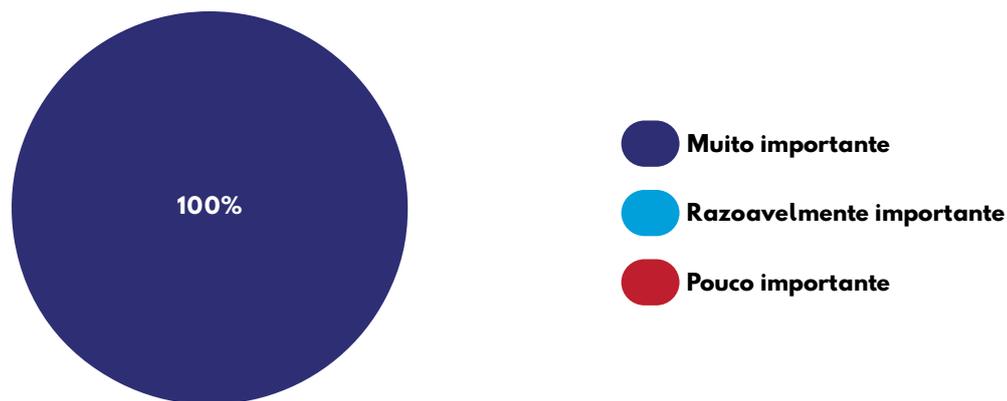
“O Comitê de bacia é um órgão responsável pela gestão, defesa e valorização dos recursos hídricos na região do Vale do Ribeira e litoral sul. É importante para fiscalização, regulamentação e preservação da qualidade hídrica. “

“Acolher participação de diferentes setores na gestão das águas. Ser uma forma de controle social na ação governamental”

Marco Situacional

Na sua opinião, participar do CBH-RB é importante para sua instituição?

31 respostas



Dentre as justificativas apresentadas para a questão anterior, relacionada ao reconhecimento da importância de participação das instituições no CBH-RB, verifica-se um entendimento de que o colegiado é um espaço de diálogo com impactos positivos no território e na gestão dos recursos hídricos. A importância do colegiado para a troca de experiências, articulações, captação de recursos e atualização de informações sobre a UGHRI 11 foram os mais destacados nesta questão.

Quando questionados sobre as principais inspirações para participar do CBH-RB, as respostas trouxeram elementos relacionados à possibilidade de: *colaborar, engajar e promover a educação ambiental em diversos municípios do Vale; contribuir com a conservação das águas do Vale do Ribeira; ajudar a tornar a população mais ativa, mais crítica, através do conhecimento; participar da tomada de decisões diretas da gestão ambiental regional; espaço para discussão de políticas públicas com participação popular; participar ativamente das tomadas de decisões referentes aos recursos Hídricos e captação de recursos para implantação de projetos dentro da bacia.*



Marco Situacional

Falta de tempo, sobrecarga de tarefas e sobreposição de agendas apresentam-se como os principais desafios para a participação nas reuniões e atividades desenvolvidas pelo CBH-RB, seguida pela dificuldade de conexão nas reuniões virtuais. Vale destacar que a pouca divulgação ou divulgação muito em cima da hora dos encontros foi mencionada por duas pessoas que responderam o questionário.

Com relação aos públicos prioritários da comunicação, nota-se que o público mais mencionado envolve a sociedade civil, tanto organizada como representada pela população em geral e lideranças comunitárias. Cabe ressaltar que todos os públicos foram mencionados por boa parte dos participantes.

Quais devem ser os públicos prioritários da comunicação do CBH-RB?

51 respostas

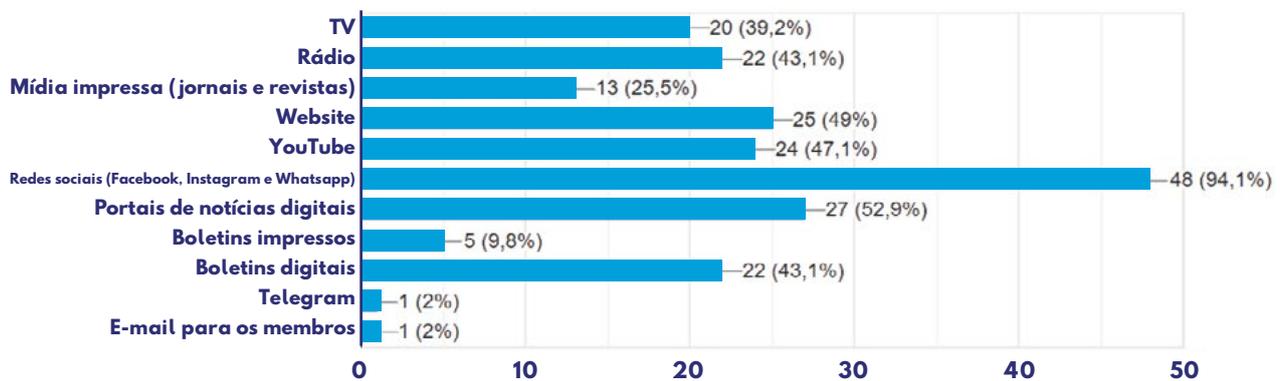


As pessoas que responderam o questionário também indicaram os meios de comunicação que consideram que deveriam ser priorizados pelo CBH-RB. Os meios de comunicação digitais receberam maior destaque, sendo as redes sociais a principal indicação dos participantes (94,1%), seguidas de portais de notícias (53%) e website (49%). Youtube, rádio e TV também foram bastante mencionados.

Marco Situacional

Quais meios de comunicação o CBH-RB deveria priorizar para falar com esses públicos prioritários?

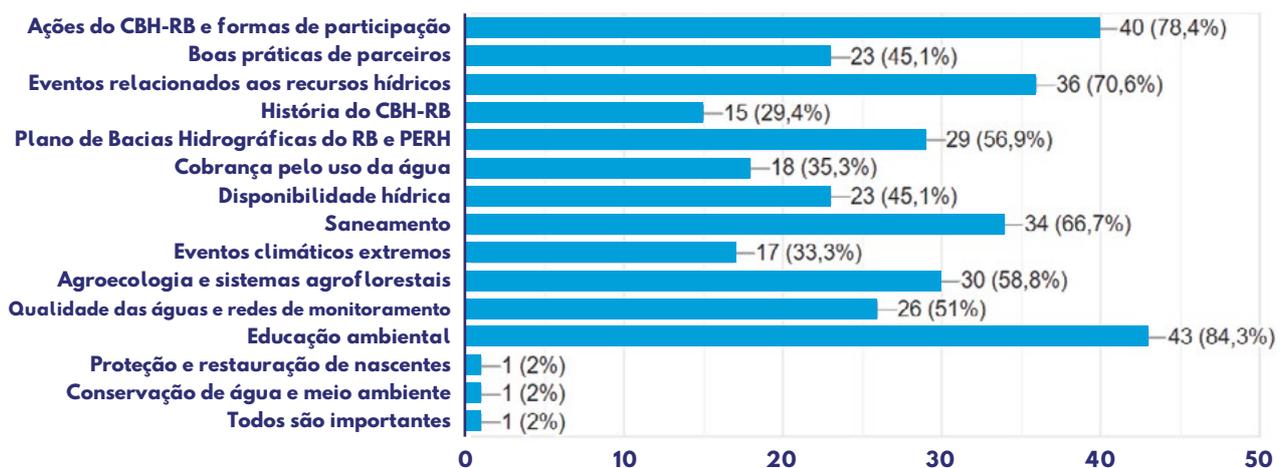
51 respostas



Já com relação às temáticas que deveriam ser priorizadas pelo Comitê, educação ambiental e as ações realizadas e formas de participação no colegiado, receberam os maiores destaques, como pode ser observado no gráfico.

Quais temáticas você considera que devem ser priorizadas pela comunicação do CBH-RB?

51 respostas

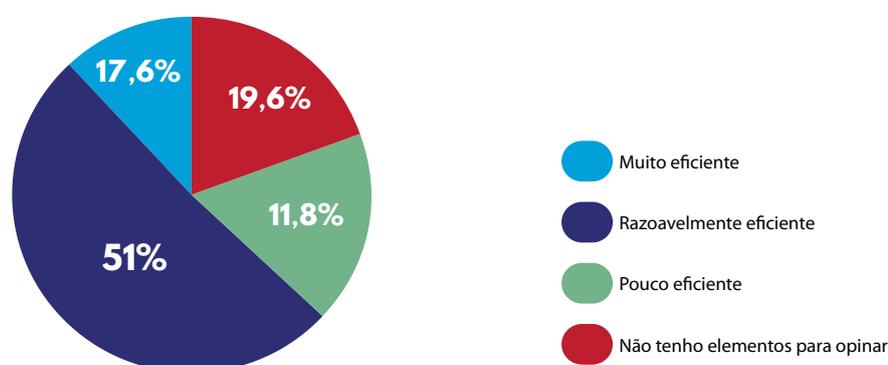


Marco Situacional

Como um ponto de atenção importante, resalta-se que a maioria dos participantes considera a comunicação do CBH-RB pouco ou razoavelmente eficiente (cerca de 69%) e apenas 12% a consideram muito eficiente.

Quão eficiente você considera a comunicação do CBH-RB?

51 respostas



Nesse sentido, os participantes do questionário foram convidados a avaliar os aspectos mais positivos em relação à comunicação do CBH-RB, tanto interna (entre os membros do colegiado) como externa (com públicos diversos). A comunicação interna foi bem avaliada, refletindo a funcionalidade dos grupos de whatsapp, assim como a importância dos encontros das CTs e da plenária para a troca de conhecimentos e informações sobre o CBH. Com relação à comunicação externa foi citada a importância de garantir sua continuidade, pois: *“A comunicação principal é mais formal, e mais por e-mail para membros. Os membros não repassam para instituições de origem e não há nada do comitê para facilitar”*. *“Não há informações ou formas de apresentação das informações que despertem o interesse da população”*. *“Não há comunicação com público externo, o comitê não é conhecido pela população em geral”*. *“A comunicação externa é falha, muitos possíveis proponentes não têm conhecimento do FEHIDRO”*.

Marco Situacional

Enfim, quando convidados a sugerir melhorias para a comunicação social do CBH-RB, podemos destacar os seguintes aspectos citados pelos membros e parceiros:

- *Pode-se aumentar o leque e o formato dos meios de comunicação usados.*
- *Uso de profissionais de comunicação social e reforçar a participação em redes sociais.*
- *Publicação com maior frequência e com direcionamento mais efetivo para a população em geral.*
- *“Canal no youtube. Rede social. Instagram oficial.*
- *Promover e apoiar atividades de Educação Ambiental sobre os recursos hídricos da região com as escolas e a população local.*
- *Atuação Junto Às Prefeituras Do Alto Vale*
- *Facilitar a linguagem, tornar mais atrativo as divulgações dos emails e what, destacar de alguma forma os temas prioritários, ficar menos formal.*
- *Envolver a maior participação possível das instituições representantes e das que são de interesse e compromisso socioambiental com o CBH-RB*
- *Criar boletim de ações para divulgar nas instituições. Criar eventos , materiais e formas de comunicação com público externo*
- *Radio, tem um bom ou melhor alcance em informar a população em geral, seria interessante investir.*
- *Informativo para público em geral na forma de vídeos curtos, de até 1 minuto.*
- *Talvez a produção de vídeos com imagens de áreas da bacia mostrando belezas e problemas.*
- *As reuniões digitais podiam permanecer para facilitar o acesso de outras regiões nos debates*



Marco Situacional

FORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O conceito de formação que trazemos aqui se refere a um processo. Um processo carregado de sentido e significado, que tem suas bases conceituais no campo da Educação Ambiental e que conta com documentos balizadores como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Estabelecido em 1992 no Fórum Global) e o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (2018).

Os processos formativos do qual falamos podem ter várias características, temáticas e formatos pedagógicos, mas, a essência está na importância do trabalho coletivo, no espaço de escuta e diálogo e na possibilidade de construção do conhecimento com diversas atrizes e atores sociais.

Processos formativos, na concepção da educação ambiental (EA), podem ser chamados de processos educadores ambientalistas, que, inspirados em Paulo Freire, propõe a problematização da realidade para que, de forma conjunta, possamos analisá-la com criticidade, identificando os desafios territoriais/globais, para que assim possamos atuar no seu enfrentamento, propondo mudanças profundas nos valores que conduzem a sociedade atual. Nas palavras de Leff (1999) essas mudanças profundas podem atingir setores que estruturam toda a trama social que vivemos:

Esta mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é impensável sem uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. Nesse sentido, a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade (LEFF, 1999, p. 112).

Marco Situacional

À luz do ProNEA, este documento que simboliza toda a caminhada do campo da educação ambiental no Brasil, o FunBEA planeja suas ações de forma estratégica em diversos territórios. O recorte escolhido para sua atuação na região sul do Litoral Paulista está em consonância com dois de seus componentes: a) capacitação de gestores e educadores e b) desenvolvimento de ações educativas. É uma estratégia de atuação territorial o desenvolvimento deste trabalho junto ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Ribeira do Iguape e Litoral Sul, esse colegiado instituído e de extrema importância para gestão das águas.

No que se refere às diretrizes do ProNEA, o FunBEA busca atuar de forma articulada, transversal e democrática, fomentando a participação social e garantindo em seus processos formativos a diversidade de vozes que o território apresenta.

A educação ambiental sustenta-se na busca da conexão permanente entre as questões culturais, políticas, econômicas, sociais, religiosas, estéticas e outras, determinantes para nossa relação com o ambiente. Sua proposta é ampliar o entendimento e integrar ações, e não reduzir o foco e criar mais uma divisão no conhecimento [...]. (BAENA, 2007)

Comprometidos com uma educação ambiental crítica e transversal e com a proposta geral do ProNEA, decidimos atuar dentro da linha de “Comunicação para Educação Ambiental” lançando mão de duas estratégias:

- a) Fomento e apoio à elaboração de planos e programas de comunicação para instâncias governamentais ligadas à educação ambiental.
- b) Incentivo à produção artística e literária, em suas diversas formas de expressão, como meio de difundir a educação ambiental junto a públicos específicos ou à sociedade em geral.



CBH-RB

Programa de
Comunicação Social

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Marco Situacional

Conectada a esta segunda estratégia trazemos para o centro do diálogo o conceito de educomunicação e a construção de uma série documental, mostrando o poder do audiovisual na reflexão e engajamento das pessoas na gestão das águas.

Entende-se a Educomunicação como uma tecnologia em prol da EA, uma vez que o uso dessa ferramenta lúdica e interativa aproxima educandos de educadores, oferecendo uma infinidade de materiais que podem ser utilizados para o desenvolvimento e exploração das mais diversas propostas no âmbito da educação” (BONFADINO Et al. 2016).

Apesar da grande relevância da educomunicação como ferramenta lúdica e interativa em processos formativos, no caso da construção do plano de comunicação social do Comitê de Bacias do Ribeira do Iguape e Litoral Sul, a intenção foi ir um pouco além e utilizar a produção dos materiais educacionais como fio condutor do processo formador, atrelando a teoria a prática, incentivando, provocando e inspirando os participantes.

Para costurar ainda mais o objetivo do processo formativo dentro da construção de um plano de comunicação, lançamos mão de mais um conceito, que é o de MIP – Mínima/ Máxima Intervenção Possível (BATTAINI Et al. 2016). As MIP's são intervenções educadoras que buscam mapear questões socioambientais importantes ao território, a fim de identificar formas de atuar frente a estes desafios emergentes. Tendo a MIP como horizonte, fomentamos que ações que possuem um bom argumento, com grande análise de conjuntura, se conectam com a realidade e são capazes de movimentar mudanças, inspirando as pessoas.

Detalhando um pouco mais o nosso contexto, a construção de um plano de comunicação junto ao CBH-RB e a gestão das águas foram as temáticas problematizadoras do território. No ciclo formativo, os estudantes foram convidados a dialogar sobre como impulsionar, colocar em prática o plano que estava sendo construído para garantir que o comitê continue sendo um espaço democrático de tomada de decisão. Para desenvolvimento dessa ideia, pro-

Marco Situacional

podemos que eles fizessem pequenas intervenções, neste caso, intervenções audiovisuais, que seriam construídas ao longo de 10 encontros. O resultado foram 4 vídeos documentários sobre as 04 regiões do Vale do Ribeira: Alto Vale, Médio Vale, Complexo Estuarino Lagunar e Alto Juquiá/São Lourenço.

No sentido mais prático, a formação foi estruturada da seguinte forma:

EMENTA DA FORMAÇÃO “CUIDADORES DAS ÁGUAS”

Os conteúdos abordados envolveram a gestão das águas da região, a atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas, conceitos e práticas de educação ambiental, mobilização social, educomunicação e audiovisual. Com carga horária de aproximadamente 45 horas, sendo 10 encontros virtuais de 3h através da plataforma Zoom e 12 horas de tutoria.

OBJETIVOS

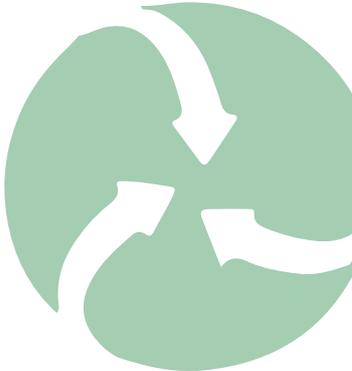
- Fomentar a construção do conhecimento com base nas diversas ações dos participantes no território;
- Fortalecer uma proposta educadora ambientalista aliada aos processos de educomunicação e produção audiovisual;
- Fortalecer os trabalhos do comitê na construção do plano de comunicação social do Ribeira do Iguape e Litoral Sul;
- Aproximar a juventude e fortalecer a sua atuação no comitê de bacias hidrográficas;
- Aproximar os participantes das técnicas e processos da criação audiovisual, passando pelo roteiro, produção, filmagem e edição.



CBH-RB

**Programa de
Comunicação Social**

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL



Marco Situacional

PÚBLICO ALVO

Membros do comitê - representantes da sociedade civil, municípios e estado.

Jovens lideranças - a partir de 16 anos.

PRODUTOS

4 vídeos entre 2' e 5', desenvolvidos pelos alunos, sobre a gestão de recursos hídricos do CBH-RB.

No decorrer dos 10 encontros foram abordados os seguintes temas:



Marco Situacional

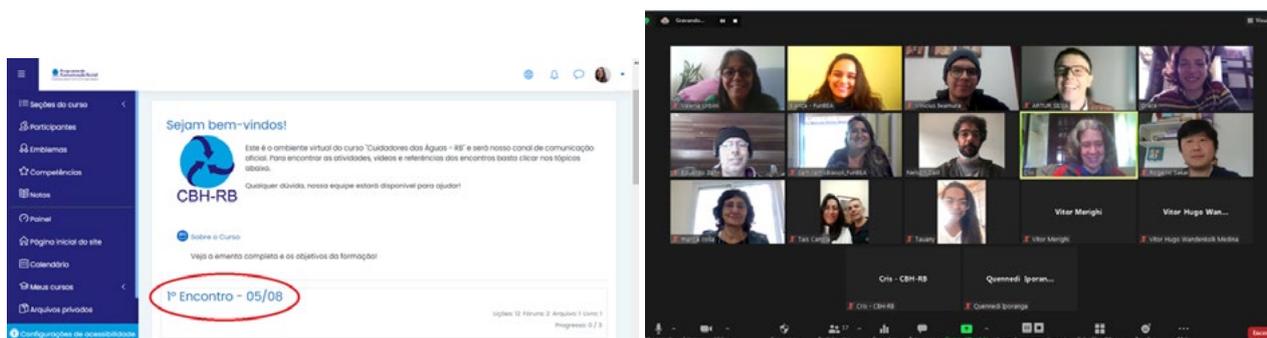
Encontros	Tema
Aula 1	Formatos documentais e pesquisa do territórios, temas e personagens.
Aula 2	A Bacia Hidrográfica e criação de pautas/argumentos.
Aula 3	Educomunicação socioambiental.
Aula 4	Programa de comunicação social e mesa criativa para construção do roteiro.
Aula 5	Construção dos argumentos.
Aula 6	Formatos de produção e técnicas de filmagem.
Aula 7	Planejamento de filmagem e produção Diálogo sobre a região do Alto Vale.
Aula 8	O poder de uma juventude engajada no cuidado com as águas, transmitida ao vivo e gratuitamente no Youtube do FunBEA.
Aula 9	EA transversal e MIP Preparação das imagens e decupagem para edição. Os alunos trouxeram os 04 filmes pré-montados para trabalharmos na finalização de imagens.
Aula 10	Difusão e mobilização em redes sociais Avaliação do processo formativo



Marco Situacional

OS ENCONTROS

O ciclo formativo aconteceu entre os meses de agosto a dezembro de 2021, de forma integral na modalidade à distância. A maior parte das interações se deu através da plataforma Zoom - para as explanações de conteúdo e trabalhos em grupo. Além desta plataforma, utilizamos como apoio um ambiente virtual de aprendizagem construído exclusivamente para a formação. Esse ambiente virtual serviu para compartilhamento de materiais e também para interação dos estudantes e equipe nos momentos em que não estavam “ao vivo”.



No mês de novembro, o oitavo encontro da formação - a mesa redonda “O poder de uma juventude engajada no cuidado com as águas” - aconteceu através da plataforma Stream Yard e foi transmitida ao vivo pelo Youtube e Facebook do FunBEA.

Marco Situacional



Argumentos desenvolvidos pelos grupos da formação “Cuidadores das Águas” do Plano de Comunicação Social do Comitê de Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape e Litoral Sul de São Paulo.

REGIÃO MÉDIO VALE

Sinopse: Chove em área de agrofloresta, a mesma chuva cai sobre uma terra seca, fruto do cultivo convencional. O filme mostra os impactos da produção agrícola nos recursos hídricos através dos depoimentos e vivências de 2 agricultores, Seu Zé Pereira e Marcelo Fukunaga que optaram pela agrofloresta como modelo de produção.



Marco Situacional



REGIÃO ALTO VALE

Sinopse: Um retrato da região e seus principais desafios mediante a preservação das florestas e das suas nascentes. Com o auxílio do secretário do desenvolvimento econômico municipal - Jonas Mendes Jr. e outros moradores de Itaóca, o vídeo aborda questões sobre reflorestamento em áreas rurais e o impacto da silvicultura na região.

Marco Situacional



REGIÃO ALTO JUQUIÁ E SÃO LOURENÇO

Sinopse: Um retrato sobre a preservação das águas na sub-bacia do Alto Juquiá. Um olhar sobre as nascentes e rios que abastecem a região. Quais os principais desafios da população em relação a gestão das águas? Quais os principais desafios da gestão municipal, estadual e federal frente ao manejo dos recursos naturais? O filme pretende investigar questões como quantidade e qualidade das águas, transposição e esgotamento sanitário na região através de dados e entrevistas com representantes de entidades públicas, privadas e sociedade civil.

Marco Situacional



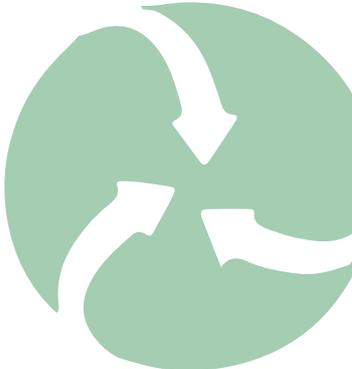
REGIÃO COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR

Sinopse: No caminho do rio pro mar, como os atores da região de Cananéia são impactados com a poluição das águas, através da poluição dos corpos d'água? Num tom de campanha, o filme pretende uma chamada comportamental sobre a produção e o descarte de lixo na região estuarina lagunar, uma das regiões mais preservadas da mata atlântica brasileira. No desdobramento do tema o grupo abordou a qualidade das águas na comunidade tradicional do Mandira, importante produtor de ostras para toda região. Também investigaram como a poluição por resíduos tem afetado o turismo nas praias e a vida marinha. O filme pretende mostrar como a qualidade das águas pode interferir em toda a cadeia socioambiental cultural e econômica da região do estuário.

Marco Situacional



Ao final do processo deste ciclo formativo foi possível refletir sobre os vários desafios de propor uma experiência como essa num cenário de pandemia e de grandes fragilidades conjunturais no país. Entretanto, esse cenário que parece paralisante, na verdade, foi combustível para que entregássemos a todos(as) envolvidos(as) o melhor trabalho possível. Mesmo com a maior parte das atividades acontecendo à distância, toda equipe planejou os encontros para que fossem dialógicos, participativos, reflexivos e inspiradores, promovendo a ação local. O resultado da formação foi muito positivo e para ilustrar essa afirmação trazemos abaixo alguns depoimentos dos participantes:



Marco Situacional

“A parte técnica foi excelente enquanto formação e o aproveitamento/aprendizado, como em todo curso, é individual e diverso. Da parte do coletivo, pelos resultados apresentados hoje, plenamente satisfeita”.

“Tivemos a criação coletiva de muitos conteúdos de audiovisual com belas paisagens e com personagens que estão conectados com a preservação da água em seus territórios”.

“Eu adorei a formação e para mim foi bastante válido e agregador, muito obrigada a todos. Parabéns ao FunBEA por toda a dedicação e esforço. Viva a resistência, sempre”.

“Obrigado a todos pela troca de conhecimentos e experiências, foi uma caminhada muito linda. Bom demais conhecer todos”.



Marco Situacional

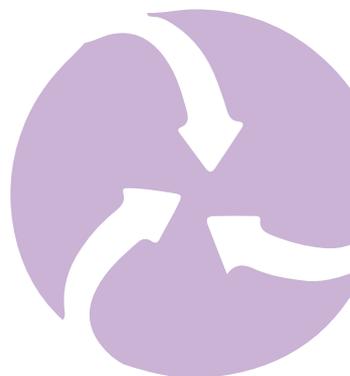
“A educação ambiental e a educomunicação, especificamente, precisa ser permanente e continuada! o importante é dar passos sólidos como esse curso deu!”

“Gostei bastante da criticidade, da dialogicidade, do olhar para o território com profundidade. Me parece que a proposta deu bons passos nesse objetivo!”

“O ensinamento foi bastante rico, e agregador! A parte teórica foi incrível, vasta e bastante esplanada”.

“Esse curso e seus produtos, estão auxiliando a fortalecer o plano de comunicação e começa a preencher uma lacuna da comunicação social do comitê”.





Marco Operacional

MARCO OPERACIONAL

Os objetivos da comunicação do CBH-RB partem dos seus princípios e da própria essência do colegiado como importante fórum de diálogo representativo da sociedade, em busca de soluções integradas para a gestão dos recursos hídricos na região.

O principal objetivo da comunicação é fortalecer o Comitê de Bacias Hidrográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

Cinco objetivos específicos contribuem para a organização das estratégias de ação do colegiado. São eles:

OBJETIVO 1 - FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES: QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DAS ÁGUAS

ESTRATÉGIAS

- Garantir processos formativos contínuos com membros do CBH-RB, incluindo considerar o período da entrada de novos membros (eleições) para processo específico de formação e também para que estes membros sejam formadores em suas comunidades/representatividade. Os temas devem abordar a situação e gestão dos recursos hídricos na UGRHI e seus instrumentos (relatório de situação e plano de bacia) e o funcionamento do comitê (estatuto e regimento interno) com o objetivo de capacitar os membros para a atuação no colegiado e para a atuação em suas respectivas comunidades/segmentos.
- Garantir processos formativos para instituições com representação no CBH-RB, instituições parceiras, organizações da sociedade civil, professores, comunidades rurais e jovens. Os temas devem abordar o que é o Comitê de Bacias, Relatório de Situação e Planos de Bacias.

Marco Operacional

RESULTADOS ESPERADOS

Ações	Prioridade	Periodicidade
Criar um “Programa de Formação” para membros do plenário, das câmaras técnicas e secretarias municipais, sobre os objetivos e atribuições do comitê e ferramentas de gestão dos recursos hídricos, a ser desenvolvido pela Secretaria Executiva em assembleias abertas aos demais públicos. A formação visa levar o entendimento do funcionamento do colegiado e do papel dos membros e estimular a participação efetiva e a divulgação para as instituições que representam.	1	anual
Criar um “Programa de Formação” para instituições com representação no CBH-RB, instituições parceiras, organizações da sociedade civil, comunidades rurais e jovens. As temáticas a serem trabalhadas dentro dessa formação, serão: gestão de águas, atuação do comitê, conceitos e práticas de mobilização social, educomunicação, educação ambiental e produção de materiais de divulgação, preferencialmente audiovisuais. A formação visa a construção do conhecimento sobre gestão de águas com base nas ações dos participantes, motivar formação de formadores junto a públicos mais amplos, divulgação com mais capilaridade por meio dos materiais produzidos e o fortalecimento do entendimento e da atuação da sociedade junto ao colegiado.	1	bianual
Formação para professores sobre recursos hídricos e gestão de águas.	1	bianual



Marco Operacional

OBJETIVO 2 - COMUNICAÇÃO INTERNA: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DO CBH-RB FACILITANDO O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE AÇÕES, AGENDAS E DEMANDAS.

ESTRATÉGIAS

- Garantir o fluxo eficaz de informações entre os membros do colegiado através de materiais diversos de comunicação.
- Garantir processos comunicativos que assegurem o monitoramento dos projetos financiados.

RESULTADOS ESPERADOS

Ações	Prioridade	Periodicidade
Publicar boletins periódicos das ações desenvolvidas pelo CBH-RB mensalmente/bimestralmente.	1	contínua
Incentivar e monitorar a disponibilização dos materiais de divulgação das ações do comitê pelos seus membros, em suas instituições de origem	2	contínua
Criar e alimentar repositório/banco de dados de informações de resultados alcançados com projetos no site do comitê.	1	contínua
Definir modelo para apresentação dos resultados de projetos pelos tomadores para banco de dados/repositório - formato resumo, com imagens, de fácil acesso ao público interno e externo.	2	uma única vez
Estabelecer mecanismos de incentivo ou obrigatoriedade para os tomadores apresentarem os resultados dos projetos ao comitê para entrar no banco de dados/repositório	2	uma única vez

Marco Operacional

OBJETIVO 3 - COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA: COMPARTILHAR INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO CBH-RB, GESTÃO DAS ÁGUAS E SITUAÇÃO DAS ÁGUAS DA UGRHI 11 DE FORMA ACESSÍVEL PARA OS PARTICIPANTES DO COMITÊ E PARA A POPULAÇÃO GERAL

ESTRATÉGIAS

- Produzir materiais de divulgação sobre atuação do CBH-RB, gestão e situação das águas da UGRHI 11 em diferentes formatos, em diferentes meios de comunicação, para os diversos públicos da bacia do Litoral Sul e Ribeira de Iguape.
- Realização de campanhas e participação em eventos locais e regionais.

RESULTADOS ESPERADOS

Ações	Prioridade	Periodicidade
Realizar a manutenção e atualização do site e das mídias sociais com vistas à facilidade de acesso à informação pelos diferentes públicos	1	continua
Realizar a produção e gestão de conteúdo para os processos contínuos de comunicação externa, para diferentes públicos.	1	continua
Produzir materiais de divulgação em diferentes formatos (vídeos, audios, posts, informativos, aplicativos e etc) com linguagem atrativa, para circular nas diversas mídias.	1	

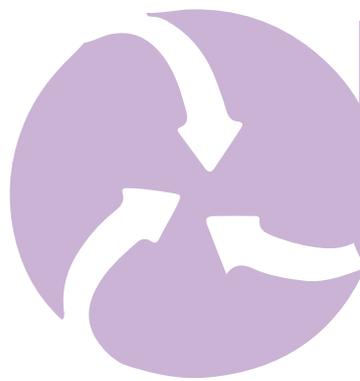
Marco Operacional

Ações	Prioridade	Periodicidade
Utilizar os eventos do CBH-RB já consolidados (Semana da Água, Semana da Árvore, Seminário de Qualidade das Águas, etc) para divulgar as ações (apresentação de projetos financiados pelo Fehidro que já tenham resultados parciais ou finalizados, de acordo com a afinidade dos temas dos eventos) executadas pelo CBH-RB tanto para o público da educação formal (professores e alunos), quanto para o público de educação não formal (agricultores, representantes de instituições públicas e associações, etc).	1	continua
Realizar uma campanha de lançamento/divulgação dos projetos do comitê. A campanha tem o objetivo de ampliar a visibilidade do financiamento de projetos pelo CBH-RB, aprimorar a qualidade dos projetos recebidos e também a quantidade em ações/subPDCs com pouca aderência. A campanha pode promover a ampliação do prazo de apresentação de projetos e dar entendimento de que projetos seguem o plano diretor de recursos hídricos	1	continua

OBJETIVO 4 - PARCERIAS E ARTICULAÇÃO: FOMENTAR A INTEGRAÇÃO E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DO TERRITÓRIO E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

ESTRATÉGIAS

- Fortalecer parcerias com instituições da região visando a participação em eventos e movimentos já existentes e a multiplicação das informações do CBH-RB.
- Aprimorar o alcance da comunicação às comunidades mais isoladas.



Marco Operacional

RESULTADOS ESPERADOS

Ações	Prioridade	Periodicidade
Buscar parcerias para divulgação das ações do comitê	2	contínua
Estimular a participação de membros e parceiros em eventos e atividades socioambientais e culturais da região, e disponibilizar materiais para estes eventos (kit água, Stand da vertente litorânea)	1	contínua
Criar mecanismos para integração do Alto Vale nos debates do comitê, aprimorando a participação e o estabelecimento de parcerias. Definir as estratégias como por exemplo: Realizar reuniões do CBH-RB na região; Realizar visitas técnicas; Promover formações; Promover diálogos com a população.	2	continua
Aprimorar o mailing do comitê, incluindo contatos de todos os setores das prefeituras e de instituições parceiras	1	continua
Participar dos encontros e ações da Vertente Litorânea	1	continua



Marco Operacional

OBJETIVO 5 - SUSTENTABILIDADE DA COMUNICAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA MANTER A COMUNICAÇÃO DO CBH-RB SEMPRE ATIVA E EFICIENTE.

ESTRATÉGIAS:

- Criar mecanismos que garantam a continuidade do processo comunicativo do CBH-RB.

RESULTADOS ESPERADOS

Ações	Prioridade	Periodicidade
Criar uma CT de Comunicação para acompanhar as atividades de comunicação (boletim, materiais, conteúdos, divulgação em mídias, comunicação interna) realizadas pelo CBH-RB bem como as demais as ações previstas no Plano de Comunicação	1	contínua
Definir procedimento (reuniões para a análise de relatórios de atividades) visando realizar o monitoramento e avaliação dos resultados do plano de comunicação	2	contínua após o segundo ano



REFERÊNCIAS

BATTAINI, V., SORRENTINO, M., TROVARELLI, R. A. "Ensino e aprendizagem da educação ambiental: contribuições de disciplinas na Universidade de São Paulo". *AmbientalmenteSustentable*, 2017, núm 23-34, p. 199-216.

BONFADINI, K.E.C.G.; BORIM, D.C.D.E.; ROCHA, M.B. Educomunicação em práticas de educação ambiental: o uso de documentários na educação básica. *R. bras. Ens. Ci. Tecnol.*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 326-341, jan./abr. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação

Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

BRASIL,. Programa de Educomunicação Socioambiental. Organização: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental: MMA, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: documento básico.

Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenadoria geral de Educação Ambiental. 4ed. Brasília, 2014.BRASIL.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade – ProFEA. Brasília: Série Documentos Técnicos, n. 8, 2006.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental, Brasília: Série Documentos Técnicos, n. 2, 2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos/Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - MEC. Brasília, DF: MMA,2018.

FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro: 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

LEFF, E. *Saber Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 1999. 112 p.

Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes (MMA, 2005)

SEGURA,D.S.B. Educação Ambiental nos projetos transversais. *Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola* /[Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, 2007. 248 p. : il. ; 23 x 26 cm. Vários colaboradores.



CBH-RB

Programa de Comunicação Social

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Realização



Apoio

